

## O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES PARA A REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA/MG/BRASIL, FRENTE AO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Bianca Simoneli de Oliveira<sup>1</sup>  
Beatriz Ribeiro Soares<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O cenário mundial, após a segunda guerra, passa por uma nova fase histórica, pois, a ciência, a informação e a crescente tecnologia são cada vez mais consideradas para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Neste contexto, o Brasil vem se inserindo numa economia de base capitalista pós-industrial, associado a centros de poder mundiais e firmas transnacionais, que exercem profunda influência no seu processo de urbanização. É nesse espaço que os efeitos novos e diversos parecem incidir mais fortemente, uma vez que aglutinam as pessoas, infra-estrutura, bens e atividades.

A modernização dos setores urbano e agrícola, a diversificação da indústria e dos serviços e a possibilidade de melhores condições de vida, atraíram para as cidades, grande contingente de moradores do campo. Os principais pontos de concentração desses fatores foram as metrópoles, e, em outros pontos do território brasileiro criou-se um sub-nível hierárquico, liderado pelas cidades médias, seguidas pelas cidades locais, fato que se verifica intensamente desde a década de 70.

De acordo com SANTOS (1989), as cidades pequenas começaram a se inserir no período técnico-científico-informacional, em decorrência da crescente generalização da informação, do consumo e da modernização tecnológica, e acrescenta que o Estado tem tido um papel fundamental através da disseminação geográfica da rede de transportes e comunicações e dos serviços públicos, o que vem beneficiando, sobremaneira, as cidades locais.

São essas pequenas cidades, consideradas "cidades locais", nosso objeto de estudo; as mesmas possuem um tamanho populacional variável e supõem uma polarização e domínio territorial através da vida de relações, o que permite uma certa autonomia e crescimento auto-sustentado. Esses pequenos núcleos geralmente passam por especializações em suas zona de entorno, local e regional, seja agropecuária, serviços, turismo ou mista, visto que no Período técnico-científico-informacional, as suas produções têm demandas que repercutem nas funções e na sua vida de relações.

No entanto, estas cidades locais também podem se encontrar isoladas e dispersas no campo, tendo em vista a relativa heterogeneidade com que o progresso das telecomunicações e dos transportes se difundem. Isso acontece pois os lugares apresentam uma receptividade diferente aos modernismos, seja por sua conjuntura econômica, seus recursos naturais e humanos, infra-estrutura, etc, considerando ainda outros fatores como a atração exercida pelas grandes e médias cidades, que podem "ofuscá-las" no contexto regional, bem como a acessibilidade e localização menos privilegiadas. Estes e outros fatores podem "trabalhar" contra as pequenas cidades fazendo com que, conseqüentemente as mesmas, sejam levadas a uma estagnação.

Mas considerando essas cidades de uma forma geral, entendemos que o Período técnico-científico-informacional, pode alavancar um desenvolvimento baseado numa vida de relações econômicas mais dinâmicas entre essas cidades e outras instâncias de produção e consumo, concretizando esse novo período em que o campo e os vários níveis urbanos precisam estar eficientemente articulados. Ainda que sua importância econômica perfaça uma escala pequena frente ao estado, é somente o conjunto de cidades locais que vai dar relevo para a região em que estão presentes, gerando importância econômica, cultural e política.

Diante das transformações da rede urbana atual, buscamos compreender o conceito e a importância dessas cidades locais, situadas na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG/Brasil e identificadas por um tamanho populacional entre 2.000 e 20.000 habitantes (recorte espacial). Nesse estudo, consideraremos a importância do Período técnico-científico-informacional para a difusão e desenvolvimento dessas cidades, além de contribuirmos na elaboração de critérios, para sua análise, ainda não conclusivos<sup>3</sup>, tendo em vista, a complexidade de casos encontrados em sua rede urbana.

---

<sup>1</sup> Aluna bolsista CNPq/ Universidade Federal de Uberlândia/ MG/ BRASIL/ bsimoneli@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Profa. Dra. Orientadora/ Universidade Federal de Uberlândia/ MG/ BRASIL/ brsoares@ufu.br

<sup>3</sup> Nesse sentido, estamos abertos à discussões, pois não temos a pretensão de construir um modelo pronto e acabado.

No intuito de melhor compreendermos o sentido conceitual das cidades locais na área de estudo, procedemos a um levantamento bibliográfico diversificado, bem como pesquisa em órgãos como IBGE, IPEA e diversos sites na internet afim de obtermos informações relacionadas aos seus aspectos populacionais e sócio-econômicos, que auxiliaram a compreensão de sua participação regional.

Período técnico-científico-informacional: seu conceito e novas definições no uso e ocupação do espaço

Sendo o homem capaz de ensinar às gerações seguintes seus conhecimentos, sua evolução cultural e técnica pode ser perpetuada e assim, a somatória de incontáveis eras de descobertas e aprimoramentos, possibilitou chegarmos ao presente momento, caracterizado pela alta concentração tecnológica promovida pelo desenvolvimento dos vários ramos da ciência, o qual Milton Santos (1985) denomina de Período-técnico-científico-informacional.

Esse novo período tecnológico da história, inicia-se no fim da Segunda Guerra Mundial nos países do Primeiro Mundo e expande-se para o “*Terceiro Mundo*” a partir de 1960. Tal período é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território; do mesmo modo, a informação, em todas as suas formas, é o motor principal do processo de transformação do território, o qual é equipado para facilitar a circulação dessa informação.

Caracteriza-se ainda por um aumento paralelo dos fluxos e fixos no espaço geográfico, onde esses fluxos são representados pela circulação de bens, informações e pessoas, cuja mobilidade é acelerada e elevada a altos expoentes pelas características desse período. Os fixos, por sua vez, também se multiplicam no ambiente urbano e rural, como requisitos necessários para um aumento da produtividade e consumo com menores gastos. Estes são caracterizados como capital constante, e se traduzem em estruturas implantadas nos lugares tais como, bancos, fábricas, silos, shoppings, entre outros.

Esse espaço geográfico, agora em constante “*mudança tecnológica, científica e informacional*” que transforma e redefine cada vez mais o meio natural e o próprio homem no seu conjunto social, é caracterizado por SANTOS (1997), de tecnoesfera, que consiste no resultado da crescente artificialização do meio-ambiente, em que a esfera natural é substituída por uma técnica, na cidade e no campo, e a psicoesfera, que representa o resultado das crenças, desejos e hábitos, que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, formam o Meio técnico-científico-informacional.

As transformações que os lugares e pessoas vem sofrendo frente à intensificação do período tecnológico levam o espaço geográfico a reordenar-se e modernizar-se rapidamente, surgindo novas necessidades e funções, junto a sociedade, a economia, a política, a cultura, as relações sociais e a paisagem, que se submetem a novas mudanças, mesmo que essas, ocorram em diferentes níveis e tempos, porém sempre vinculadas umas às outras. Exatamente essa diferença temporal e espacial é que cria áreas de “*resistência*” frente às tendências e transformações da técnica, da ciência e da informação, visualizadas, principalmente nas pequenas cidades dos países em desenvolvimento.

De qualquer forma, nunca antes o homem exerceu maior domínio sobre a natureza do que agora. Nunca antes foi tão fácil vencer distâncias, e resistir às manifestações naturais como agora. Mesmo aqueles lugares onde antes nada se produzia, o implemento de técnicas apropriadas têm feito verdadeiras revoluções, fazendo crer que tudo pode ser aproveitado e quase tudo transformado para ser utilizado à serviço do homem. Essa realidade pode ser representada no caso da região em estudo, que por ser caracterizada pelo cerrado, passou a receber intensos investimentos governamentais a partir da década de 70 para sua modernização, e a partir disso, tem se despontado como uma das mais promissoras áreas de produção agrícola do país, o que vem acarretando numa verdadeira corrida pela ocupação do cerrado.

O desenvolvimento das atividades agropecuárias no cerrado mineiro levou a uma urbanização desse espaço, no período que se seguiu ao da mineração. Hoje a modernização do setor agropecuário e industrial concorre para a formação de redes urbanas, numa interconexão direta entre centros urbanos e áreas de produção agrícola e pecuária.

A difusão das modernizações, tanto no campo como na cidade, começa a se intensificar na década de 70, quando a urbanização brasileira sofre um avanço marcante. A construção e expansão de estradas de rodagem e a criação de um moderno sistema de telecomunicações possibilitaram maior fluidez no território, além de permitir a unificação do mercado em escala nacional. A produção econômica assume hoje um ritmo cada vez mais alucinante, visto que no período atual o ritmo de criação e desenvolvimento de novas tecnologias tem superado limites outrora decisivos, elevando ao inimaginável a capacidade transformadora do homem. As cidades multiplicam-se na paisagem, cada vez mais interligadas entre si, numa integração vital à

sua subsistência, numa nova era comandada pela informação, onde a atualização tecnológica é um fator adequado, capaz de determinar a vida ou morte dessas cidades.

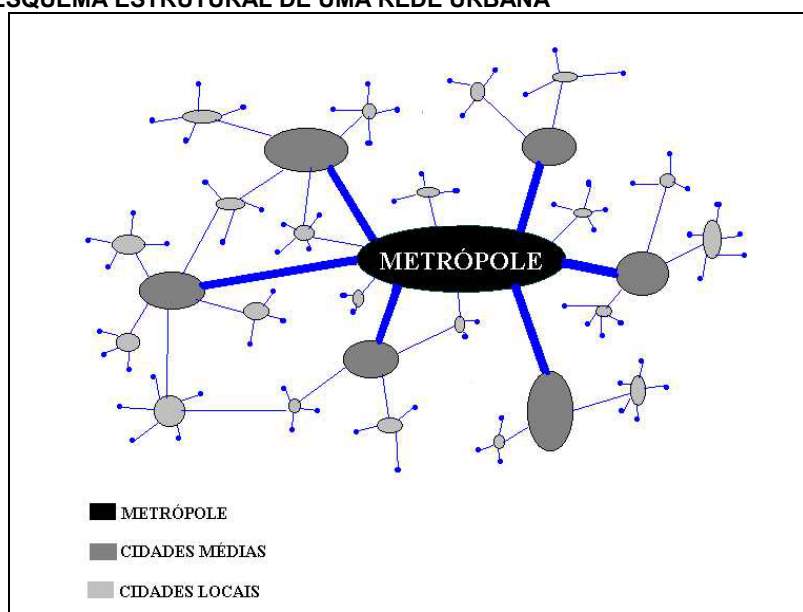
Com o crescimento do consumo de bens materiais e imateriais, como educação e saúde, as funções urbanas se transformam. A rede urbana torna-se complexa, pois tanto o campo como a cidade precisam responder às novas condições que se fazem necessárias à realização da economia moderna. Essas condições implicam numa contínua reconfiguração do espaço, no que diz respeito à sua forma e função. Em consequência disso, o ritmo de crescimento das cidades milionárias sofre um decréscimo e, por outro lado, cresce o número de cidades locais e cidades médias, que, atingidas pela modernidade, passam a integrar o circuito produtor, circulador e consumidor.

### A inserção da cidade local na rede urbana contemporânea

Milton Santos, na sua obra de 1979, trata de uma hierarquia urbana, propondo a seguinte classificação: cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. Uma formação com tendência piramidal, em que todas as cidades de mesmo nível recorreriam às cidades de nível superiores, em busca de bens e serviços que não tivessem condições de produzir; todavia, essa hierarquia classificatória para a rede urbana, teve de ser repensada, principalmente após a influência do período tecnológico, visto que o significado da mesma variável altera-se no decurso do tempo.

Vimos que a rede urbana vem sofendo impacto da globalização e que cada centro, por menor que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção, e, como aponta CORRÊA, (1999), produzindo, distribuindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais e também por intermédio da rede financeira articulada globalmente. O que se verifica na atualidade, é que cada centro, independente de seu tamanho populacional, consegue manter relações econômicas, políticas, sociais, com outros centros, sem ter que necessariamente seguir uma ordem piramidal. A **figura 1** mostra um exemplo de organização de uma rede urbana no período atual.

FIGURA 1: ESQUEMA ESTRUTURAL DE UMA REDE URBANA



**Autor:** SÁ, C. H. R. - organizado com base nos conceitos teóricos de CORRÊA, R. L.(1989) e SANTOS, M (1979)

Um aspecto que está bem representado na figura, é da organização das relações entre os diferentes níveis da rede. Note-se que a conexão de cidades locais à metrópole não tem que se dar unicamente através do intermédio de cidades médias. Não há portanto, um padrão inflexível na estrutura da rede, mas uma organização que se reflete na participatividade dos diversos níveis que a compõem, ou seja, as cidades pequenas, locais, médias, grandes e as metrópoles.

A pequena cidade que SANTOS, (1979b) prefere chamar de cidade local, distingue-se, pela sua influência estritamente local, de uma cidade média. Apesar de possuir um nível urbano elementar, é fundamental para seu entorno imediato, ou seja, as vilas e a zona rural. Isso ocorre através das solicitações da produção, circulação, distribuição e consumo, que, na medida do possível, tem que ser satisfeito localmente.

De acordo com o mesmo, numa escala urbana populacional, a cidade local representa o nível inferior; visto que suas atividades estão a serviço da população local e da zona de influência. SANTOS, W. (1989), comenta que existem conceituações sobre o tamanho da cidade local, de modo que seu patamar urbano gire em torno de 20.000 habitantes. Entretanto, conclui que isso não possui muito valor, visto que um marco numérico é sempre artificial; a importância de sua função regional qualificaria melhor a cidade, de pequena, média ou grande.

O desenvolvimento da atividade agrícola apresenta-se neste período contemporâneo, cada vez mais servido pela ciência e técnica, verifica-se cada vez mais, uma interdependência funcional entre campo e cidade; essas últimas, vão equipar-se afim de abastecer o campo, com técnica e novas informações, através dos fluxos dispersos pelas cidades mais equipadas, levando assim, as cidades locais a mudarem seu conteúdo.

SANTOS, (1993:51) reforça a afirmação acima sobre as cidades locais nos dizendo que “antes eram as cidades dos notáveis; hoje se transformam em cidades econômicas. As cidades dos notáveis onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz (...) cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.”

A modernização do campo, frente à incorporação de novas técnicas, ciência e informação, cria uma nova divisão do trabalho agrícola, através da necessidade de especialistas do campo e também dos trabalhadores estacionais (bóia-frias), urbanos, pela sua residência. Mais um fator que intensifica a interdependência entre o campo e a cidade; de modo que essa última, torna-se o “*locus*” de regulação do que se faz no campo (SANTOS,1993). É nesse contexto que a cidade local destaca-se, pois passa a representar estoques de meios de consumo, estoques de sementes e implementos direcionados ao campo, estoques de capital de giro, estoques de mão-de-obra em diversos níveis, centros de transporte; na verdade estas cidades locais “(.) *beneficiam-se das tendências à dispersão, essencialmente comandada pela difusão generalizada da informação e do consumo.*” (SANTOS, 1979a:74)

É a cidade que assegura a cooperação imposta pela atividade agrícola, no que se refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo (agro-industrial); é ela que responde à sua demanda e lhe dá respostas cada vez mais imediatas, fazendo com que a cidade local deixe de ser a *cidade no campo* e se transforme na *cidade do campo* (SANTOS, 1993). Como os níveis hierárquicos das aglomerações deixam de ter um significado maior, à proporção que cada cidade passa à ter uma relação direta com a demanda de sua região e à proporção que cada região se especializa, verifica-se que as pequenas aglomerações, de tamanho populacional e funcionalidades menores que a cidade local, ficam numa posição pouco definidas. Nesse sentido, utilizaremos a denominação generalizada de “*pequenos centros*” utilizada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada e CORREA, R. L. (1999), para as pequenas cidades que não se classificarem especificamente, como cidades locais. De acordo com esse Instituto, os pequenos centros se subdividem em três grupos por tamanho populacional; constituindo-se o primeiro grupo em cidades de até 10.000 habitantes, o segundo, em cidades de 10.000 a 20.000 habitantes e o terceiro, de 20.000 a 50.000 habitantes.

Trabalharemos com base nas duas primeiras subdivisões, visto que a realidade da região em análise apresenta muitos aspectos diferentes em relação a outras do mesmo estado. Sendo assim, encontramos cidades de vários tamanhos populacionais que se destacam entre as demais, por apresentarem uma funcionalidade mais completa; assim, as cidades menores de 20.000 que não se inserirem nessa rede urbana como “*cidade local*”, serão consideradas apenas como pequenas cidades.

### **Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG: precedentes históricos da modernização agrícola**

As transformações ocorridas nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba frente ao período tecnológico, não podem ser analisadas sem levar em consideração os investimentos que a área rural desta região recebeu desde década de 70, e que gerou uma moderna rede agrícola capaz de influenciar diretamente as suas pequenas cidades.

Projetos agropecuários como o PRRC (Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais) no início dos anos 70, juntamente a uma política estadual de investimentos, favoreceram a entrada de novos projetos bem

como novas culturas, além de gerar uma capitalização da região; isso ocorreu através de fixos que foram implantados, beneficiando todo o estado de Minas Gerais, como transporte, sistema de seleção, armazenamento, crédito para investimentos, custeio, comercialização e assistência técnica.

Outros programas que se destacaram, foram o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados) elaborado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o PADAP (Programa de assentamento dirigido do Alto Paranaíba), no ano de 1973, caracterizado como projeto de colonização dirigida; estes, contribuíram no desenvolvimento dos cerrados mineiros, onde o setor industrial foi o grande beneficiado.

De acordo com PESSOA, (1988), a participação do governo no desenvolvimento da agricultura na área que abrange o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, entre outras, justifica-se por sua inserção no POLOCENTRO em 1975, que teve como objetivos incentivar e apoiar a ocupação racional das áreas do cerrado na região do Centro-Oeste brasileiro; posteriormente, esse deu lugar ao PRODECER (Programa de desenvolvimento dos cerrados) em 1979, através do acordo Brasil-Japão, cujo o objetivo era produzir cereais para o mercado mundial, incorporando técnicas e equipamentos modernos próprios do recente período da Revolução Verde.

O PRODECER, definido como projeto Piloto, ocorreu em sua primeira fase no período de 1979 a 1983, e foi implantado nas cidades de Coromandel, Iraí de Minas, e Paracatu, e de certo modo, incorporou efetivamente o cerrado, principalmente nas áreas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ao moderno processo produtivo através do emprego de tecnologia moderna.

Fatores como o crédito rural financiado pelo PRODECER, justificam a expansão do capital no campo, visto que esse vai atuar no custeio/investimentos e comercialização da produção, através do requerimento de equipamentos e insumos modernos tais como tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos, gerando, dessa forma, maior produtividade. Paralelo à agricultura, a pecuária também apresenta sinais de desenvolvimento, beneficiando-se do surto da modernização, adotando técnicas modernas como confinamento do gado, inseminação artificial, aprimoramento genético do rebanho, entre outros.

Dessa forma, em decorrência da maior produtividade de grãos (café, soja, milho, sorgo, ervilha, feijão entre outros) na agricultura, na região em estudo, houve o aumento da disponibilidade de matéria-prima possibilitando a vinda de grandes empresas tais como a Cargill Agrícola, CICA, Swift Armour, Sadia, Perdigão, que auxiliaram na consolidação de um complexo agroindustrial regional processador de grãos e carnes.

Nesse sentido, as transformações que o campo vem se submetendo, no período técnico científico informacional, se reproduzem no seu sistema urbano, como podemos constatar nas pequenas cidades do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. As aglomerações de até 20.000 habitantes, vem paulatinamente perdendo características originais de "*idades no campo*", passando a ser "*idades do campo*", incorporando um novo conteúdo técnico, especializado, afim de atenderem o setor agrícola em suas exigências básicas.

As pequenas cidades passam, então, após a década de 70, a se equiparem, e especializarem em função do campo modernizado. Elas deixam de ser a cidade dos notáveis para ser a cidade econômica, onde quem efetivamente atua são os veterinários, os agrônomos, especialistas em adubos, o responsável pelo escritório de leilões e vendas de gado, o bancário, fatores indicados por SANTOS, (1993), que presenciamos na rede urbana da região em estudo.

Logicamente, os reflexos da implantação de novas tecnologias, variam de uma cidade para outra, assim como no campo, havendo muitos pontos de resistência; porém, esse problema pode estar no próprio conteúdo social, que não manifesta interesse em se adequar às novas exigências do Período-técnico-científico-informacional, através de novos usos, consumos, especializações profissionais, reivindicações para serviços públicos, entre outros. Nessa perspectiva, entendendo o setor agrícola da região em estudo, como precursor de uma modernização capaz de desenvolver de forma singular, a rede urbana, buscaremos compreender como a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba caracteriza-se conceitualmente através das informações da rede urbana em questão.

## Caracterização das cidades de 2.000 a 20.000 habitantes na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG

Na referida região, existe uma rede urbana interligada ao campo, em que as cidades atendem as suas necessidades específicas. Nesse sentido, temos inter-relações locais e regionais em que as pequenas cidades, a partir do momento que não conseguem suprir as necessidades de sua população, estas são atendidas, na própria região por meio das cidades médias presentes nesse espaço.

Nesse estudo, nos deparamos com uma rede urbana bastante heterogênea, onde convivem centros urbanos com total hegemonia paralelo a outros praticamente estagnados. Sendo assim, foi necessário buscar diversas informações, de acordo com a realidade do local, e dentre essas, elaborar critérios de seleção que poderiam classificá-las em cidades locais; porém atentos para não se construir um modelo fechado, visto a multiplicidade de casos específicos verificados nessa rede urbana.

SANTOS (1979), nos chama a atenção para a presença de um aparelho comercial, administrativo e bancário, que as cidades locais necessitam de ter. Com base nesses preceitos, verificamos que foram poucos os municípios, inseridos dentro da faixa populacional estabelecida, que apresentam esses fatores, e conseguem se auto sustentar de uma forma mais geral.

O fator “número populacional” isolado, não é capaz de caracterizar a cidade na rede urbana, junto a ele, existem uma gama de outros fatores, de caráter sócio-econômico que vão auxiliar na análise, sendo assim, com base em preceitos teóricos e a partir de diversas informações, formulamos alguns indicadores para selecionar as aglomerações que podemos denominá-las “*cidades locais*” para o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba:

- 1 População urbana acima de 10.000 habitantes, em 1996;
- 2 Taxa de urbanização do município, superior a 60 %;
- 3 Presença de rede de distribuição de energia elétrica, distribuição de água, coleta de esgoto sanitário e coleta de lixo;
- 4 Consumo de energia elétrica total acima de 10.000.000 KWh, em 1999;
- 5 Presença de equipamentos públicos sociais: escolas de ensino médio e superior, hospitais e ambulatórios e leitos hospitalares;
- 6 Serviços na área econômica, ou seja, existência de uma ou mais agências bancárias, agências de correios e telégrafos, sistema de telefonia, de rádios e jornais; transmissoras de televisão e presença de aeroporto;
- 7 Serviços de armazenagem de grãos e carnes;
- 8 Arrecadação municipal, mensal, de ICMS (com base na análise das atividades econômicas desenvolvidas no local), referente ao mês 06/2000;
- 9 PIB total e PIB/percapita, arrecadado em 1996;
- 10 Fluxos populacionais periódicos (transporte intermunicipal);

Como cada município apresenta uma realidade diferente, fez-se necessário considerar cada caso individualmente, tendo em vista que o conceito de “*cidades locais*” abre novas possibilidades para discussões teóricas sobre o tema, e também a realidade da rede urbana/regional está sofrendo contínuas transformações, advindas do Período-técnico-científico-informacional. Foi ainda necessário considerar casos que apresentaram carências em alguns setores, tais como a ausência de algum equipamento urbano ou serviço tido como básico, ou mesmo, as taxas de urbanização que, estavam abaixo da média brasileira. A seleção das atividades e equipamentos podem ser visualizadas no **quadro 1**, onde destacamos as cidades locais.

Assim, nos deparamos com casos excepcionais de pequenos centros menores de 10.000 habitantes, capazes de se auto-sustentar, ainda que fosse inexistente algum elemento utilizado para sua análise. Para o caso dessas pequenas cidades, que não foram classificadas como “*cidades locais*”, nos propomos seguir os estudo de CORREA, (1999) e IPEA, (2000), onde são denominadas por “pequenos centros”.

Seguindo essa proposta, apresentaremos a seguir, as cidades caracterizadas como cidades locais, conforme a **tabela 1**, bem como constatar as taxas de urbanização predominante nos mesmos, visto que a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba destaca-se no estado de Minas Gerais por sua importância econômica, como também pela densidade populacional expressiva, concentrando-se nas cidades, uma média de 86,8%, ao passo que na zona rural habitam apenas 13,2% da população total (Fundação João Pinheiro, 1996); entretanto, salientamos que esta análise representa um estudo pioneiro, e está submetida a discussões e alterações.

Dentre as 44 aglomerações analisadas, 13 delas foram consideradas como cidade local, são elas: Campina Verde, Campos Altos, Capinópolis, Centralina, Conceição das Alagoas, Coromandel, Ibiá, Monte Alegre de Minas, Prata, São Gotardo, Sacramento, Santa Vitória, e Tupaciguara; que se adequaram aos critérios estabelecidos; podendo ser visualizadas na **figura 2**.

Por se tratar de rede urbana complexa, como já foi apresentado, há casos estudados que merecem ser destacados, como os exemplos de Centralina, onde o tamanho populacional passa a ser um critério flexível, visto que a cidade possui vários outros fatores que lhe dão uma certa “*autonomia*” junto ao seu local.

Apesar de visualizarmos uma concentração urbana nessa região, no passado ocorreu uma intensa migração campo/cidade e cidade/cidade, em decorrência da modernização agrícola, pós anos 70, ainda assim, nos deparamos com um número expressivo de municípios que apresentam taxa de urbanização menores que 60%, atingindo uma média de 20% do total analisado; isso ocorreu em função da especialização econômica da região na agroindústria e pecuária leiteira, instalada nos anos 80. Ressaltamos ainda que essa população abastece/consome a cidade, contribuindo na interligação entre o rural e o urbano.

**Quadro 1: Cidades Locais de até 20.000 habitantes presentes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: atividades e Equipamentos, 2000. (cont.)**

CIDADES	Atividades e Equipamentos							
	Infra-estrutura	Energia Elétrica (consumo total/KWh) 1999	Equipamentos públicos (ensino médio/ leitos hospitalares)	Serviços econômico/ Telecomunicações	Serviços de armazenagem e transporte	Arrecadação ICMS (total) mês 06/2000	PIB / total 1996 (R\$)	PIB / percapita 1996 (R\$)
Campina Verde	Água/ esgoto/ energia	20.349.814	3 escolas /1 hosp./74 leitos	4 ag. Bancárias/ correios e telégrafos/ telefone	Aeroporto (pista de terra)	208.143,00	76.319.106,55	4.043,40
Campos Altos	Água/ esgoto/ energia	10.632.557	1 escola / 1 hosp./ 35 leitos	2 ag. Bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/1 emissora de rádio	1 armazém convencional	24.621,00	41.001.967,07	3.492,20
Capinópolis	Água/ esgoto/ energia	23.350.937	1 escola / 1 hosp. / 61 leitos	3 ag. Bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/ 1 emissora de rádio/ 1 jornal	17 armazéns - mistos	122.688,00	44.632.573,17	2.972,93
Centralina	Água/ esgoto/ energia	14.616.634	1 escola / 1 hosp. / 21 leitos	3 ag. bancárias/ correios e telégrafos / telefone/	5 armazéns - mistos	375.104,00	30.013.409,01	2.911,10
Conceição das Alagoas	Água/ esgoto/ energia	23.990.835	1 escola / 1 hosp. / 27 leitos	3 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/1jornal	9 armazéns - mistos	153.901,00	62.203.632,52	4.106,12
Coromandel	Água/ esgoto/ energia	32.737.212	2 escolas / 2 hosp. / 68 leitos	4 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/ 3 emissoras de rádio / 4 jornais	14 armazéns - mistos	123.743,00	83.008.306,89	3.177,11
Ibiá	Água/ esgoto/ energia	32.927.783	3 escolas / 1 hosp. / 40 leitos	4 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/ 1 emissora de rádio	5 armazéns - mistos	993.104,00	58.562.004,14	2.963,51
Monte Alegre de Minas	Água/ esgoto/ energia	23.716.447	1 escola / 1 hosp. / 23 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos/ telefone/ 1 emissora de rádio / 1 jornal	1 armazém convencional	113.178,00	82.530.097,34	4.489,97
Prata	Água/ esgoto/ energia	13.355.391	2 escolas / 1 hosp. / 37 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos / telefone / 2 jornais	1 armazém convencional / Aeroporto (pista de terra)	334.371,00	80.458.530,81	3.868,01
São Gotardo	Água/ esgoto/ energia	33.344.534	2 escolas/ 2 hosp. / 66 leitos	5 ag. bancárias / correios e telégrafos/telefone	9 armazéns - mistos	98.255,00	44.435.403,02	1.979,57
Sacramento	Água/ esgoto/ energia	29.933.303	1 escola / 1 hosp. / 60 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos / telefone / 2 emissoras de rádio / 2 jornais	8 armazéns- mistos/ 2 aerop. (pista de asfalto e de terra)	547.109,00	70.926.592,30	3.413,05

**Quadro 1: Cidades Locais de até 20.000 habitantes presentes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: atividades e Equipamentos, 2000.**



CIDADES	Atividades e Equipamentos							
	Infra-estrutura	Energia Elétrica (consumo total/KWh) 1999	Equipamentos públicos (ensino médio/ leitos hospitalares)	Serviços econômico/ telecomunicações	Serviços de armazenagem e transporte	Arrecadação ICMS (total) mês 06/2000	PIB / total 1996 (R\$)	PIB / percapita 1996 (R\$)
Sacramento	Água/ esgoto/ energia	29.933.303	1 escola / 1 hosp. / 60 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos / telefone / 2 emissoras de rádio / 2 jornais	8 armazéns – mistos / 2 aeroportos (pista de asfalto e pista de terra)	547.109,00	70.926.592,30	3.413,05
Santa Vitória	Água/ esgoto/ energia	20.593.749	2 escolas / 2 hosp. / 65 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos/ telefone/ 1 emissora de rádio	2 armazéns – mistos	174.803,00	54.656.803,75	3.230,31
Tupaciguara	Água/ esgoto/ energia	30.263.836	3 escolas / 2 hosp. / 67 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos / telefone / 3 emissoras de rádio / 1 jornal	7 armazéns – mistos / aeroporto (pista de cascalho)	117.272,00	64.671.557,84	3.021,61

**Fonte:** Assembléia Legislativa de Minas Gerais ([www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)); Projeto Cidades – Minas Gerais ([www.cidades.mg.gov.br](http://www.cidades.mg.gov.br)), 2000. (Fundamentada nas teorias de SANTOS, M. e do IPEA). Org.: OLIVEIRA, B. S. e SOARES, B. R.

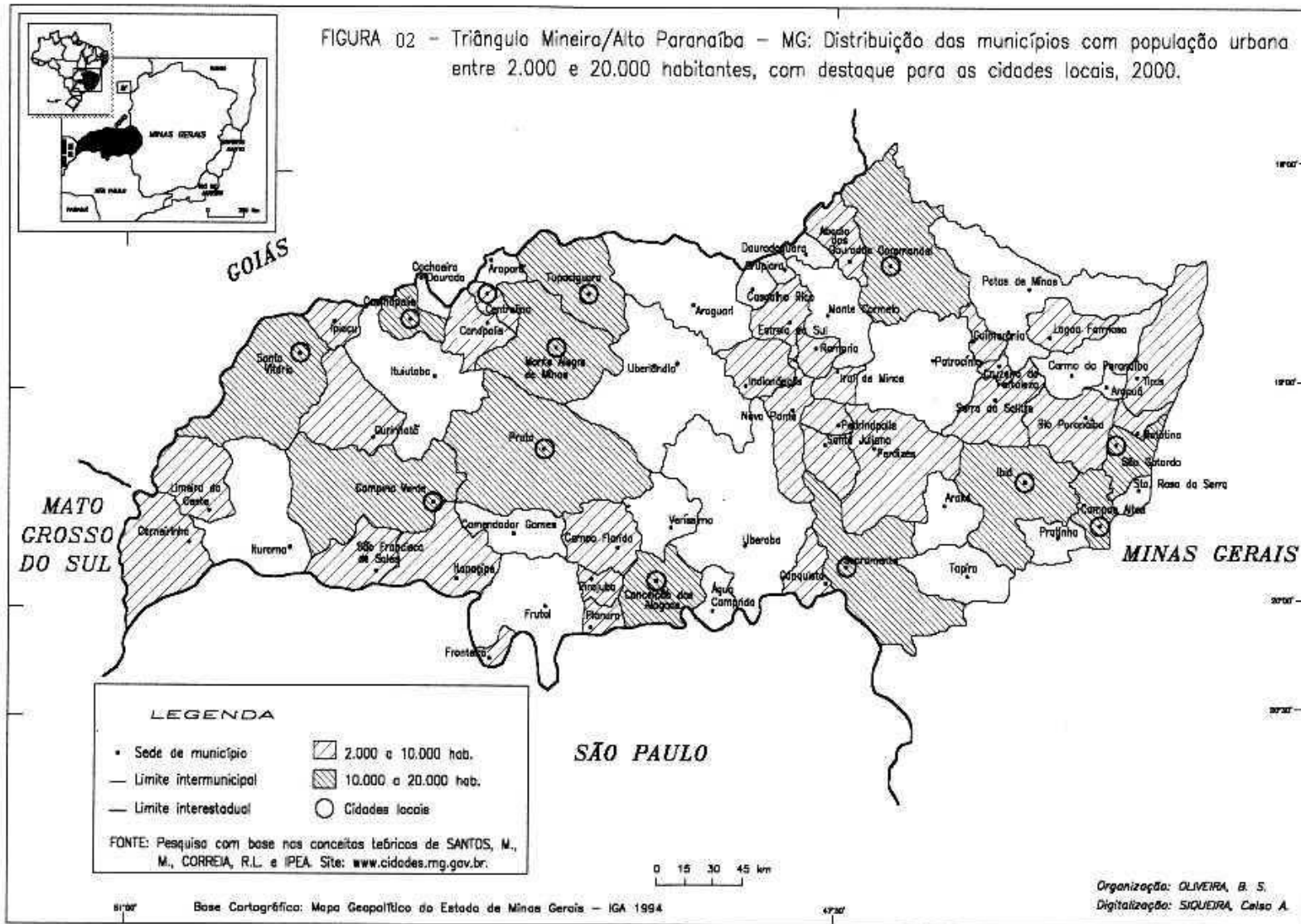
Tabela 1 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: população e taxas de Urbanização das cidades que possuem entre 2.000 e 20.000 habitantes, 1996.

CIDADES	1996		Taxa de Urbanização (%)	CIDADES	1996		Taxa de Urbanização (%)
	População urbana	População rural			População urbana	População rural	
Abadia dos Dourados	3.743	2.684	58,24	Lagoa Formosa	9.969	5.932	62,69
Campina Verde	13.292	5.583	70,42	Limeira do Oeste**	3.830	2.685	58,79
Campo Florido	2.820	1.829	60,66	Matutina	2.734	1.138	70,61
Campos Altos	10.677	1.064	90,94	Monte Alegre de Minas	12.717	5.664	69,19
Canápolis	7.870	2.645	74,85	Nova Ponte	6.257	1.961	76,14
Capinópolis	13.443	1.570	89,54	Pedrinópolis	3.704	1.502	71,15
Carneirinho**	5.314	3.941	57,42	Perdizes	4.676	5.844	44,45
Centralina	9.045	1.265	87,73	Pirajuba	2.264	662	77,38
Conceição das Alagoas	12.977	2.172	85,66	Planura	7.554	542	93,31
Conquista	4.998	1.708	74,53	Prata	14.566	6.235	70,03
Coromandel	18.093	8.034	69,25	Presidente Olegário	9.542	7.582	55,72
Cruzeiro da Fortaleza	2.774	471	85,49	Rio Paranaíba	5.448	5.315	50,62
Delta*	4.074	946	-	Romaria	2.497	944	72,57
Estrela do Sul	3.818	3.229	54,18	Sacramento	14.668	6.113	70,58
Fronteira**	6.408	1.966	76,52	Santa Juliana	7.902	2.397	76,73
Guimarânia	4.263	1.478	74,26	Santa Vitória	13.219	3.701	78,13
Gurinhata	2.770	4.376	38,76	São Francisco de Sales	3.453	1.716	66,80
Ibiá	16.341	3.420	82,69	São Gotardo	19.440	3.007	86,60
Indianópolis	2.855	2.671	51,66	Serra do Salitre	6.151	3.930	61,02
Ipiaçu	3.453	531	86,67	Tiros	5.902	4.429	57,13
Iraí de Minas	2.691	2.110	56,05	Tupaciguara	17.378	4.025	81,19
Itapagipe	6.153	5.144	54,47	União de Minas**	2.111	2.211	-

\*Município emancipado em 1997.

\*\*Município emancipado entre 1991-1996.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico, 1991.Contagem Populacional, 1996. site: [www.cidades.mg.gov.br](http://www.cidades.mg.gov.br), 2000.Adaptação: OLIVEIRA. B.S.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou ser uma contribuição para entendimento da estruturação da rede urbana na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG/Brasil; a qual se caracteriza por uma rede bastante heterogênea, onde existem centros praticamente estagnados paralelos a outros em grande dinamismo. Por isso, faz-se necessário considerar cada caso distinto, de acordo com a realidade local, e a partir disso, levantar novos fatores para análise, e compreendermos o papel das cidades locais.

Definir critérios para avaliação e classificação dessas cidades tornou-se uma tarefa árdua e complicada; encontrar uma definição única e fechada, que se aplique às cidades brasileiras, no que diz respeito a uma classificação mais específica, como cidade local ou não, exige muitas discussões teóricas e estudos empíricos mais aprofundados, visto que alguns fatores analisados nesse processo de classificação sugerem antagonismos e ainda correm o risco de perderem seu valor diante das transformações que o Meio-técnico-científico-informacional vem impondo à rede urbana.

Fatores como econômicos e tamanho populacional, por exemplo, são os que mais provocam controvérsias, uma vez que o fator demográfico tem sido usado para várias considerações, até porque é o mais fácil de se medir, mas o fator econômico provou não estar tão preso ao fator demográfico. Assim, cidades de tamanho populacional diferentes podem ter uma economia semelhante e vice versa. Por esse critério, uma classificação das cidades que leve por conta um desses fatores, isoladamente, pode colocar num mesmo patamar cidades diferentes em muitos aspectos, cujas diferenças, sendo maiores que as semelhanças, justificariam uma outra classificação.

De qualquer forma, com bases nas premissas de SANTOS (1979), de que as cidades locais se interligam ao campo, através da produção, circulação, distribuição e consumo de bens, serviços e idéias, satisfeitos localmente em que um completa o outro, nos orientamos a analisar as cidades da região em estudo, que possuem apenas entre 10.000 e 20.000 habitantes, criando critérios baseados aos aspectos demográficos e sócio-econômicos locais.

Diante desse estudo, poderemos contribuir na compreensão da rede urbana de Minas Gerais, ainda que não seja por completo, e por isso mesmo, temos um leque de possibilidades para novos estudos sobre a temática, onde a flexibilidade da análise nos levará a diversos resultados e por isso mesmo, novos estudos e pesquisas devem ser desenvolvidos acerca da realidade regional e nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, M. Mudanças tecnológicas. reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. São Paulo: Espaço & Debates n-<sup>o</sup>17.1985.
- CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. Revista Território. Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999.
- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1989.
- DAVIDOVICH, F, R Urbanização Brasileira: tendências. problemas e desafios. São Paulo: espaço & Debates n-<sup>o</sup> 13.1984.
- DAVIDOVICH, F. R. e Lima. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia.37 (1). 1975.
- ELIAS, D. Expansão do Meio técnico-científico-informacional. In: CARLOS, A. F. A (org.). Ensaio de Geografia contemporânea. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 210-219.
- GOLDESTEIN, L. SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. São Paulo: Revista do Departamento de Geografia., n-<sup>o</sup>01. 1982
- IBGE. Enciclopédias dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro. 1957.
- IBGE. Grande Região Sudeste. São Paulo. 1968.
- IBGE. Subsídios à Regionalização. São Paulo. 1968.
- IBGE. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. São Paulo. 1972.
- JORNAL DO BRASIL. Interior de Minas. Rio de Janeiro, J.B. S.A., 42 p. 12 out. 1997. (Revista anexa ao Jornal do Brasil).
- MOTA, D. M. da. et. al. A dimensão Urbana do desenvolvimento Econômico-Espacial brasileiro. Brasília: IPEA, dez. 1997.
- NOGUEIRA, R. Novas espacialidades e o meio técnico científico informacional. In: CARLOS, A. F. A. (org)Ensaio de Geografia contemporânea. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 206-209.
- PESSÔA, V.S.S. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG. Rio Claro: IGCE-UNESP, 1988. 201p. (Tese de doutorado).
- SANTOS, M. Técnica. espaço e tempo: globalização e Meio Técnico -Científico Informacional. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.
- SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985: 88p.
- SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 1979a, 152p.

- SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 214p.
- SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b. 345p.
- SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 190p.
- SANTOS, W. dos. Cidades locais, Contexto Regional e Urbanização no Período Técnico Científico – O exemplo da região de Campinas – SP. São Paulo: USP, 1989. (Tese de Doutorado).
- TRINDADE JR., S. C. da. Estrutura, Processo, Função e Forma: A aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: SANTOS, M. Ensaio de Geografia contemporânea. org. Carlos, A.F.A. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 133-140.
- VERDI, A. R. O processo de urbanização brasileira ante as novas possibilidades do Período técnico-científico. In: CARLOS, A. F. A. (org.) Ensaio de Geografia contemporânea. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 123-132.

#### **Sites pesquisados**

[www.agridata.mg.gov.br](http://www.agridata.mg.gov.br) [www.regionais.mg.gov.br](http://www.regionais.mg.gov.br); [www.geominas.mg.gov.br](http://www.geominas.mg.gov.br); [www.etriangulo.cjb.net](http://www.etriangulo.cjb.net);  
[www.deeco.ufu.br](http://www.deeco.ufu.br); [www.ada.com.br/acarpa](http://www.ada.com.br/acarpa) [www.inop.com.br/minas.htm](http://www.inop.com.br/minas.htm); [www.terranossa.com.br](http://www.terranossa.com.br);  
[www.indi.mg.gov.br](http://www.indi.mg.gov.br) [www.mg.gov.br/cims/thi.html](http://www.mg.gov.br/cims/thi.html); [www.sebraenet.com.br](http://www.sebraenet.com.br); [www.fieng.com.br](http://www.fieng.com.br);  
[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br); [www.amvapmg.org.br](http://www.amvapmg.org.br); [www.ammunicipios.org.br](http://www.ammunicipios.org.br); [www.cidades.mg.gov.br](http://www.cidades.mg.gov.br);  
[www.netminas.gov.br](http://www.netminas.gov.br) [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) [www.webminas.com.br](http://www.webminas.com.br)